

CEM ANOS DE IFBA: AS MUDANÇAS NO PERFIL DOS ESTUDANTES

Alcione Silva de Oliveira e Oliveira¹

Georgina Gonçalves dos Santos²

RESUMO

O IFBA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, que tem cem anos de existência, atende as demandas sociais de educação desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior. Sua história se inicia no governo de Nilo Peçanha, quando este instituiu as Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909. Este artigo é parte de uma pesquisa maior e tem como o objetivo geral: estudar os principais acontecimentos ocorridos durante a história do Instituto que têm relação com a mudança do perfil dos estudantes. Para isso, reunimos leituras de autores que pesquisaram sobre a Educação Profissional no Brasil, assim como outros que estudaram a História do IFBA. Nesta pesquisa bibliográfica, constatamos que houve uma mudança no perfil dos estudantes do Instituto, sempre relativas a acontecimentos políticos socioeconômicos no cenário brasileiro.

Palavras-chave: IFBA . Educação Profissional . Estudantes

ABSTRACT

The IFBA, Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia, which has one hundred years of existence, meets the social demands of education from elementary school to the high education. His story begins in the government of the Nilo Peçanha when he established the Schools of Apprentices Craftsmen, in 1909. This article is part of a larger research and its general purpose is: to study the major events in the history of the Institute related to the changing profile of students. In order to do this, we gather readings from authors who have researched about the Professional Education in Brazil, as well as others who have studied the history of the IFBA. In this survey, we evidenced there was a change in the profile of students of the Institute, always related to political events in the Brazilian socioeconomic.

Keywords: IFBA. Vocational Education. Students

¹ Pedagoga do IFBA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade na UFBA, pesquisadora do Observatório da Vida Estudantil – OVE. e-mail: alcyufba@gmail.com

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade na UFBA Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. e-mail: georgina@ufrb.edu.br

Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), faz parte da Rede Federal de Educação Tecnológica do Brasil e tem uma trajetória de cem anos de existência, completados no ano de 2010. A história desta instituição é marcada por várias mudanças em seu formato e objetivos, desde a sua fundação. Neste artigo ao evidenciar acontecimentos relevantes, da história da educação no Brasil ao longo do século XX e início do século XXI e traçarmos uma retrospectiva da história do IFBA, buscando compreender as mudanças que este Instituto sofreu ao longo dos anos. Assim, ao tratar dessas mudanças explicitaremos o contexto histórico do país, buscando também compreender como o perfil dos seus estudantes foi mudando ao longo do tempo.

A Educação Profissional no Brasil

As pesquisas, no Brasil, sobre a Educação Profissional possuem um volume menor quando comparadas às de outras modalidades e níveis escolares, notadamente, os ensinos médio e superior do sistema regular de ensino. Segundo Manfredi (2002) e Cunha, (2000a), isso ocorre devido ao maior interesse em se pesquisar sobre a educação das elites. A História da Educação profissional no Brasil se confunde com a história da Rede Federal de Educação Profissional, sendo que, muito antes da sua criação, já existia uma profissionalização dos jovens índios e negros escravizados.

Os primeiros relatos sobre a história da Educação Profissional, propriamente dita, no Brasil são do início do século XIX, quando a sede do governo português se muda para o Rio de Janeiro, em 1808. Neste mesmo período, foram criadas as primeiras instituições públicas, voltadas ao ensino superior no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco e em São Paulo.

O sistema de educação no país passava por um período de desarticulação, após a expulsão dos jesuítas no ano de 1859. O ensino médio estava em função do ensino superior. Já o ensino primário, que passou a ser um direito constitucional em 1824, não conseguiu ser, efetivamente, dinâmico, devido à manutenção do regime escravocrata. Ao lado dessa conjuntura de criação do

sistema escolar público, o Estado preocupava-se em constituir um tipo de ensino desvinculado do secundário e do superior, voltado para a formação de mão de obra para as oficinas, fábricas e arsenais (Manfredi, 2002). Estas escolas eram conhecidas como casas de aprendizes artífices, mantidas pelo governo, estando destinadas às crianças e jovens em estado de mendicância que recebiam instrução primária e aprendiam ofícios.

Os liceus de artes e ofícios criados a partir de iniciativas de entidades da sociedade civil “cujos recursos vinham das quotas de sócios ou de doação de benfeitores” (MANFREDI, 2002), os nobres, os fazendeiros e os comerciantes, tinham a finalidade de vincular artes e ofícios, para que mais pessoas fossem atraídas para essa formação. Mais tarde, com a chegada dos padres Salesianos, foi acrescentada a dimensão religiosa com a desculpa que o trabalho livrava o homem do pecado. (Cunha, 2000a)

O período que antecede à criação das Escolas de Aprendizes Artífices pode ser compreendido da seguinte forma: final do século XVII – 1ª escola de artilharia e arquitetura; século XVIII – ciclo do ouro: ensino da mecânica para as fundições e a criação da Casa da moeda, além dos Arsenais da Marinha: funileiros, carpinteiros, ferreiros, tecelões, etc, e; século XIX – 1819 - Seminário dos Órfãos: ofícios de mecânica; 1872 – Associação Liceu de Artes e Ofícios: amparo de órfãos e desvalidos.

Numa sociedade pós-abolicionista, ninguém queria ser confundido com ex-escravo. Isso fez com que, algumas atividades antes realizadas pelos escravos, e outras que se aproximassem, essencialmente, de tais, fossem evitadas pelos brancos pobres e mestiços. Por esse motivo, atividades manuais como as de carpinteiro, tecelão, ferreiro, pedreiro, marceneiro dentre outras, provocavam nas pessoas uma recusa explícita. Desse modo, não havia outra forma de os governantes providenciarem a mão de obra da qual necessitavam, o jeito então era ensinar ofícios, na condição de aprendizes artífices, para aqueles que não tinham como recusá-las: as crianças e os jovens desvalidos da sorte. É assim que nasce, na cultura brasileira, o preconceito com essas atividades. (Cunha, 2000a; Fonseca, 1961; Lessa, 2002)

Esse fator também determinaria a condição em que as escolas seriam desenvolvidas em cada região, já que o processo da abolição da escravatura trouxe consequências desiguais para as diversas regiões do país. O centro-sul foi se tornando mais industrializados que o norte-nordeste,

portanto determinadas características específicas para cursos que foram se adequando à realidade de cada uma dessas regiões. Na Bahia, por exemplo, a atividade manufatureira e artesanal foi se apresentando como sua principal característica das formações oferecidas (Lessa, 2002).

Escola de Aprendizes Artífices da Bahia

As escolas técnicas surgem a partir de 1909. A partir do decreto nº. 787 de 11 de setembro, o presidente Nilo Peçanha cria as Escolas de Aprendizes Artífices em quatro cidades, dentre elas uma em sua cidade natal. São criadas escolas em Campos, e nas cidades de Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Logo em seguida, em 23 de setembro de 1909, através do Decreto nº 7.566, foram criadas mais Escolas de Aprendizes Artífices, dentre as quais estava a da Bahia. Estavam sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e totalizavam dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito (MEC, 2009).

Cunha (2000a) traz uma informação curiosa sobre a criação dessas escolas: cada uma delas foi instalada nas capitais dos estados, com exceção do estado do Rio, no qual, foi implantada na cidade de Campos. Segundo este autor, o propósito atendia mais a fatores políticos do que econômicos. O governo estaria preocupado em manter “presença” nos estados, para os quais enviava dirigentes, da sua confiança. A prova disso é que algumas destas capitais receberam as escolas, porém, as atividades manufatureiras eram mais desenvolvidas em outras cidades do interior, que demandavam, em maior grau, por uma escola deste tipo. Isso ocorreu em dois estados: Minas Gerais e Santa Catarina, nos quais, estavam mais propícias para a implantação das escolas, as cidades de Juiz de Fora e Blumenau, respectivamente.

Esta iniciativa destinava-se aos pobres e desafortunados, possuindo natureza assistencialista e compensatória, a fim de diminuir as mazelas da sociedade, apoiada na ideologia de proporcionar a dignidade aos pobres, através do trabalho artesanal. Aparentemente, o objetivo maior estava centrado na preparação profissional dos excluídos da sociedade, dos desvalidos e operários artífices. Entretanto, a ideia não era acabar com a pobreza, por uma questão de “amor ao próximo”, e sim, de manter controlado o nível de desocupados e vagabundos, promovendo mecanismos de disciplinamento dos setores populares como era feito no período colonial. Além

disso, o país ingressava em uma nova fase de aceleração dos processos de urbanização e industrialização, portanto, já havia indícios de que esse tipo de escola se preparava para atender a demanda da indústria. (Manfredi, 2002; Pereira, 2003).

Na visão de Anísio Teixeira (1998) esse crescimento no número de Escolas Agrícolas, assim como os Liceus de Artes e Ofícios era incentivado pelos governantes, porque estes não tinham o interesse de implantar a universidade no Brasil.

Não podemos deixar de reconhecer que o Governo brasileiro, a classe governante brasileira, ao mesmo tempo em que via o Brasil com essa inclinação para a cultura intelectual, para a cultura do lazer, para a cultura geral, para a cultura do consumo, resistia a essa tendência ornamental, procurando promover educação mais utilitária. (TEIXEIRA, 1998)

Em 02 de julho de 1910, a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia é inaugurada. Provisoriamente, instalou-se num dos salões do Centro Operário da Bahia, no Pelourinho, com um total de 40 alunos, oferecendo cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria. Nesse mesmo ano, o Decreto nº 8.319 cria o Ensino Agrotécnico no Brasil, voltado para a educação técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlatas.

A escola mudou-se para uma sede própria, cedida pelo Ministério da Guerra ao Ministério da Agricultura, no Largo dos Aflitos, que melhor se adequava ao ensino das profissões. Foi neste período que ficou conhecida como “escola do mingau”, pois, segundo Lessa (2002), era oferecida uma alimentação, geralmente, na forma de mingau, aos alunos no horário do almoço, causando estranheza na sociedade baiana, por essa prática incomum nas escolas. Em 1911, a escola enfrentou muitas dificuldades materiais e financeiras. Para resolver esses problemas, o atual diretor apelou ao Ministro da Agricultura que reconheceu a necessidade de dar à Escola de Aprendizes Artífices uma casa condigna. “Em 02 de julho de 1923, em pleno centenário da libertação da Bahia, foi lançada a pedra fundamental do novo prédio em terreno próximo ao Largo do Barbalho, este cedido pela Intendência Municipal”. (LESSA, 2002).

No período que se estende até o ano de 1934, a Escola passa por uma nova fase com a implantação do novo prédio, com remodelações pedagógicas e a oferta de algumas oficinas tidas

como necessárias. Em 1º de maio de 1926, foi transferida para o Barbalho e sua inauguração ocorreu em 15 de novembro, do referido ano. Naquela época, o ministro Miguel Calmon resolve instalá-la num prédio moderno, com ótimas condições pedagógicas, com novas máquinas e ferramentas, além de criar uma Banda de música. (Lessa, 2002)

Em 1930, a Escola deixa de pertencer ao Ministério da Agricultura e passa a integrar o, recém-criado, Ministério da Educação e Saúde Pública. A partir daí, foram tomadas algumas medidas que trouxe à Escola melhorias bastante significativas, concluindo obras e montando novas oficinas. No entanto, a unificação do MEC para a educação foi meramente formal, levando-se em conta que não acabou com a dicotomia em torno dos objetivos da educação acadêmica e da profissional, ou seja, um ensino secundário destinado às elites dirigentes e a formação profissional destinada às classes menos favorecidas. Embora a criação dessas escolas profissionais fosse estratégica para a crescente industrialização, que ora se processava no país, e, diante da conseqüente demanda por operários para os novos postos de trabalho, a formação técnico-profissional continuava a ter uma essência assistencialista, voltando-se para as camadas pobres. (Lessa, 2002; Pereira, 2003)

No contexto nacional, também ocorrem mudanças educacionais de grande importância. O ano de 1932 torna-se um marco para a História da Educação do país. O Manifesto dos Pioneiros é parte desse marco. Esse movimento realizado por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros pensadores/educadores, com grande representação nacional, inicia um debate em torno dos problemas educacionais. Foi um movimento articulado com as mudanças estruturais, econômicas e sócio-políticas, pelas quais passavam a sociedade brasileira e influenciou, significativamente, a educação e a política educacional do governo, com repercussões na organização pedagógica e no desenvolvimento da educação profissional.

Apesar da crítica que Anísio Teixeira faz em relação à expansão das escolas profissionais, em detrimento do visível descaso com a educação universitária, foi ele que, segundo Geribello (1977), enriqueceu as oportunidades do ensino médio, quando propôs a elevação do ensino técnico e profissional ao nível do ensino secundário, com o objetivo criar uma equivalência cultural e permitir a transferência de alunos de um curso para outro. Isso porque, ele preocupava-se em romper com o velho dualismo filosófico entre cultura e trabalho. Assim, estando este a exercer o cargo de administrador educacional do Distrito Federal desenvolve como ideia central,

das reformas nas escolas profissionais, a conciliação entre pensamento e ação, ciência e indústria, que se refletiriam na educação, uniriam e pacificariam objetivos que eram considerados contraditórios, como: de cultura e de profissão, de teoria e de prática, de pensamento e de trabalho³.

Os vários nomes da instituição na Bahia

O Liceu Industrial de Salvador

Durante essa década de mudanças significativas, surge a primeira transformação no nome da instituição. A Escola passou a se chamar Liceu Industrial de Salvador, através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Essa mudança foi resultado do processo de expansão do ensino profissionalizante federal, garantindo novos cursos e unidades ampliadas. Quando o Liceu Industrial de Salvador iniciou os seus trabalhos funcionava um total de doze cursos.

A Escola Técnica de Salvador

A constituição, outorgada em 1937, tratou pela primeira vez de escolas profissionais e pré-vocacionais, como um dever do Estado, destinadas às classes menos favorecidas. Para cumprir este dever, contaria com a colaboração das indústrias e sindicatos econômicos. “A ênfase dada ao ensino técnico-profissional, voltado à indústria, é compreensível na medida em que o Estado Novo representa fundamentalmente os interesses da burguesia industrial” (FRANCO, 1984, apud LESSA, 2002).

Em meio a estas transformações, em 1941, vigoraram uma série de leis orgânicas, conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e que tinha como principais pontos: o ensino profissional passa a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais agora depende de exames de admissão; os cursos são divididos em dois níveis,

³ Embora, de grande representação no campo educacional, a reforma de Anísio Teixeira foi desmontada com o golpe político que culminou no Estado Novo e nas “leis” orgânicas de Gustavo Capanema.

correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, com várias especialidades. Neste momento, a implantação das Escolas Técnicas vem para estabelecer uma preparação profissional dos trabalhadores da indústria, dos transportes, das comunicações e da pesca, agora, em nível de segundo grau, paralelo ao ensino secundário. (Faria, 2001; LESSA, 2002)

No cenário nacional, no período de 1930 a 1945 a economia brasileira desloca completamente o seu eixo, deixando a atividade agroexportadora passando para a industrial. Segundo PEREIRA (2003), é a partir daí que é “plantada a semente do capitalismo industrial nacional, com pesado apoio estatal”. Por esse motivo o surgimento de uma rede pública de escolas profissionalizantes, vai, claramente, atender aos interesses do capital industrial, nesse novo modelo de desenvolvimento. Segundo Lessa (2002), é, neste momento, que surgem os cursos noturnos, com a finalidade de preparar operários voltados para as indústrias, ou seja, a Escola Técnica de Salvador atende às necessidades de mão de obra especializada das indústrias. Vejamos os escritos de um jornal da época, editado pelos estudantes: “O Aprendiz” que era órgão da ETS:

Senhores industriais

Tenho o prazer de comunicar a criação, nesta Escola, de cursos noturnos, com a finalidade de preparar operários especializados para as indústrias. É evidente a necessidade de colaboração dos Srs. Industriais, nessa obra de indiscutível alcance econômico e social: as escolas técnicas existem para as indústrias; para atender às suas necessidades de mão-de-obra especializada. Sem consultar suas necessidades a fim de orientar os seus cursos no sentido de atendê-las, o trabalho da escola é estéril e, conseqüentemente, a produção das indústrias é deficiente. A escola técnica e a indústria não devem viver divorciadas. É encarando o problema em sua plenitude, que faço um apelo aos senhores Industriais para que orientem a ESCOLA TÉCNICA DE SALADOR, em seu plano de trabalho, a fim de que os cursos noturnos a serem instalados seja uma expressão dessas necessidades (LESSA, 2002).

Naquele momento, a organização do sistema educacional, promovida pelas leis orgânicas de Gustavo Capanema, subdividiu o sistema escolar da seguinte forma: o ensino primário para crianças de 7 a 12 anos; o ensino médio para jovens a partir dos 12 anos. No ensino médio havia a separação entre dirigentes e operários, pois, o ensino secundário, que se dividia em dois ciclos e estava voltado para a preparação para o ensino superior, enquanto os demais – a saber: ensino

industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal eram direcionados apenas para os seus respectivos segundos ciclos, enquanto que o ensino secundário dava acesso a quaisquer outros segundos ciclos. Sendo que o ensino prático destas profissões ocorria apenas no 1º ciclo, que era voltado para as classes menos favorecidas (Manfredi, 2002; Cunha 2000b).

Segundo Cunha (2000b), é neste momento que os estudantes das Escolas Técnicas começam a ganhar destaque, pois, aqueles que saíam do primeiro ciclo do ensino médio propedêutico e iam para o segundo ciclo dos ensinos profissionalizantes, desenvolveriam atividades intelectuais nas indústrias. Enquanto que o estudante que ingressava no primeiro ciclo dos ensinos profissionalizantes, geralmente oriundos de famílias pobres, ficavam estagnados exercendo atividades manuais. Este é um ponto crucial para o nosso interesse, pois é aí que nasce a condição de estudante elitizado nas escolas técnicas.

Para ele, a escola técnica não deve ser classificada entre as escolas de trabalho manual, pois possuem propostas nitidamente voltadas para o trabalho intelectual, portanto, seus destinatários são diferentes daqueles das escolas de cunho artesanal, tendo seu currículo e voltado para postos de trabalho do âmbito intelectual. Ele critica os pesquisadores, tanto os ingênuos como os sofisticados, quando situam essas escolas no âmbito do trabalho manual. Essa informação, à primeira vista, nos parece inconsistente, tendo em vista a origem das escolas, porém, dentro dessa nossa análise, ela faz sentido, pois, nesse momento, a escola técnica adquire características distintas das escolas que preparam apenas para a mão de obra manufatureira.

ETFBA – Escola Técnica Federal da Bahia

Após as Escolas Industriais Técnicas terem sido transformadas em autarquias⁴, no ano de 1959, foram chamadas de Escola Técnica Federal. Essas instituições ganharam autonomia didática e passaram a gerir seus trabalhos, desta forma intensificaram a formação de técnicos, que era a mão de obra indispensável diante da aceleração do desenvolvimento industrial.

Com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB – nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, um novo paradigma é estabelecido: formar técnicos sob o regime da

⁴ “Entidade autônoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita à fiscalização e à tutela do Estado, com patrimônio constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de caráter estatal ou interessantes à coletividade, como, entre outros, caixas econômicas e institutos de previdência” (FERREIRA, 1996).

urgência. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos, a fim de corresponder a toda uma necessidade e expectativa do Ministério da Educação.

Em agosto de 1965, a Lei nº 4.759 diz que as escolas profissionalizantes seriam qualificadas de federais e deveriam adicionar à sua nomenclatura o nome do seu respectivo estado, passando a Escola Técnica de Salvador a se chamar de Escola Técnica Federal da Bahia - ETFBA.

A Escola Técnica, na década de 60, passava por um período de desvalorização dos seus cursos e necessitava de novos alunos para poder iniciar a expansão que, foi anunciada junto com a nova lei. Então, foi criado um movimento que buscava mostrar às empresas da Bahia a importância da Escola Técnica para a formação de profissionais capacitados. Esta iniciativa resultou na criação de mais dois cursos importantes na sua história: Eletrotécnica, que visava atender às necessidades da Companhia Elétrica do Estado da Bahia – (Coelba) por profissionais capacitados no Plano de Eletrificação do Estado, e o curso de Mecânica, servindo às indústrias que se instalavam na Bahia, nesse período.

Em 1971, os governos militares instituem uma reforma nos ensinos fundamental e médio, através da lei 5.692/71, com o intento de profissionalizar todo o ensino médio, compulsoriamente, porém, essa tentativa não vingou, pois as escolas da rede estadual não lograram a devida eficiência para a profissionalização demandada, tornando-se enfraquecidas, tanto na oferta da educação profissionalizante, quanto da propedêutica para a universidade (Manfredi, 2002; Moraes, 1999). É neste momento que a rede federal ganha destaque, pois, graças a autonomia que já obtivera em 1959 consegue escapar do fracasso que atinge as demais escolas. Ganhou notoriedade e passou a ser vista como entidade de excelência no ensino, associado ao sinônimo de empregabilidade, tornando-se, assim, a primeira opção para os jovens que buscavam rápida inserção no mercado de trabalho.

Alguns fatores aumentam a busca pela Escola Técnica Federal da Bahia: a possibilidade de ir para um curso de ensino superior na UFBA; a implantação da PETROBRAS na Bahia desde 1954 e o desmoroamento do ensino médio profissionalizante na rede estadual, a partir da LDB de 71. Todos esses fatores, aliados ao crescente processo de industrialização, fazem com que o

perfil dos estudantes que buscam essa escola vá se diferenciando, cada vez mais, daquele perfil de desvalidos, passando a ser um público cada vez mais seletivo. (Manfredi, 2002; Morais, 1999; Lessa, 2002).

Para Ferreti (1997) apud Ribeiro (2007), isso ocorreu por que a rede federal de escolas técnicas gozava de amplo prestígio na formação profissional, por isso, seus egressos eram absorvidos, em grande parte, pelos postos de trabalho nos grandes centros urbanos. Isto ocorreu devido a autonomia que a rede federal conquistou e devido a certa regularidade dos seus cursos, com os respectivos quadros técnicos e profissionais de forma estável, dando uma maior durabilidade na oferta de cursos, oferecidos em um mesmo espaço físico.

CENTEC – Centro de Educação Tecnológica da Bahia

O CENTEC - foi criado em 06 de junho de 1976. Segundo o MEC, os cursos superiores de tecnologia já surgiram a partir de um forte preconceito em relação à Educação Profissional.

Tanto assim que o anteprojeto de Lei sobre organização e funcionamento do ensino superior, que antecedeu a reforma universitária implantada pela Lei Federal n.º 5.540/68, propunha a instalação e o funcionamento de “cursos profissionais de curta duração, destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior”, ministrados em universidades e outros estabelecimentos de educação superior, ou mesmo “em estabelecimentos especialmente criados para esse fim” (MEC, 2011).

Esses cursos tecnológicos surgem a partir do insucesso dos cursos de Engenharia de Operação. Esses, por sua vez, eram cursos técnicos de nível superior, pós-secundários e que ofereciam uma habilitação profissional intermediária entre o técnico de nível médio e o engenheiro de nível superior. Uma das causas desse insucesso deve-se ao corporativismo dos engenheiros plenos, que foram contra a denominação de engenheiro de operação para os novos profissionais, alegando que a “denominação geraria confusões e propiciaria abusos, em detrimento da qualidade dos serviços prestados” (MEC, 2011).

A possibilidade de implantação de faculdades e de cursos de tecnologia estava implicitamente prevista nos Artigos 18 e 23 da Lei Federal n.º 5.540/68, ao permitirem a criação de cursos profissionais com duração e modalidades diferentes, para atender a realidades diversas do mercado de trabalho. (MEC, 2011)

Na Bahia, o CENTEC foi criado em 06 de junho de 1976 através da Lei nº 6.344. Tratava-se de uma autarquia de regime especial, vinculada ao MEC, com sede em Salvador, instalando-se provisoriamente, em prédio cedido pelo Governo do Estado da Bahia, no Bairro de Monte Serrat, à Rua Rio São Francisco, nº 01. No ano de 1978 foram criados mais sete cursos, além dos que já existiam, portanto, o espaço ficou pequeno, sendo necessária a construção de um novo espaço. Em 1978 construiu-se um moderno campus em Simões Filho, onde permaneceu até o ano de 1992.

CEFET-BA – Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA) foi criado pela Lei 8.711 de 28 de setembro de 1993, a partir da junção da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA) com o Centro de Educação tecnológica da Bahia (CENTEC), estruturando-se como autarquia educacional de regime especial, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar; tendo como mantenedor o MEC – Ministério da Educação. (MAGALHÃES; LORDÊLO, 2002)

A Criação do CEFET-BA segue a mesma lógica dos, já existentes, CEFETs de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, e ocorre juntamente com a do Maranhão. A ideia básica de estruturação dos CEFETs é a verticalização do ensino, isto é, uma instituição que oferta cursos profissionais em diversos níveis, estando estritamente vinculados ao sistema produtivo (Militão, 2000; Lessa, 2002).

Depois das devidas tramitações para a transferência da sede administrativa do Antigo CENTEC para Capital, foi colocado em prática o plano de expansão do CEFET-BA para as cidades do interior. Essas unidades eram chamadas de UNED – Unidades Descentralizadas –, sendo que as cidades contempladas foram: Barreiras, em 1994 e, Valença, Vitória da Conquista e Eunápolis, em 1995.

A busca por uma vaga nos cursos do CEFET-BA foi muito intensa na década de 90, pois, a fama da escola já havia se espalhado por toda a Bahia. Para ingressar nos cursos de nível médio era necessário que o candidato realizasse uma prova de Língua Portuguesa, Matemática e uma

Redação. Dessa forma, as pessoas começaram a se preparar para ingressar nesta instituição. Como é de se supor, a população de baixa renda estava cada vez mais distante de ingressar nesta instituição, tendo em vista a grande demanda para o número relativamente pequeno de vagas.

O ano de 1996 foi marcado por várias discussões em torno da educação brasileira, proporcionadas pela criação da Nova LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/96. Isso por que as mudanças ocorridas afetariam a forma como os cursos técnicos eram ofertados no CEFET. Pereira (2003) nos lembra do Decreto 2.208, criado para regulamentar os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional. As mudanças constituídas pela nova lei são profundas e, algumas, divergentes daquelas vividas no âmbito das instituições federais. Segundo o autor esses novos referenciais alteram sobremaneira todo o processo para a qualificação de mão de obra.

A escola tornou-se uma instituição ampla, complexa e confusa, pois, além de os cursos técnicos regulares de nível médio e os cursos de tecnólogos, passou a oferecer também cursos especiais, abertos à comunidade, e o ensino médio propedêutico. Toda essa confusão foi proporcionada pela alteração da Lei 9394/96, através do Decreto de nº 2.208/97 que cria um novo sistema de educação profissional paralelo ao sistema de educação regular, composto de três etapas: básico, técnico e tecnológico. O primeiro destinado a qualquer trabalhador jovem ou adulto, independentemente da sua escolaridade. (Manfredi, 2002; Ribeiro, 2007)

Dentro deste contexto, a escola vai se tornando ainda mais seletiva, perdendo, inclusive, a sua característica de escola profissionalizante, aproximando-se mais das escolas de preparação para o ensino superior. O público atendido fica mais próximo da clientela das escolas particulares, do que propriamente das escolas estaduais, com exceção dos que ingressavam apenas nos cursos técnicos.

Posteriormente, foi publicado o Decreto de nº 5.154, de 23 de julho de 2004 que trazia a definição para a oferta dos cursos técnicos de nível médio em três formas: a integrada ao ensino médio, a concomitante ao Ensino Médio e a Subsequente ao Ensino Médio. O CEFET-BA optou por ofertar os cursos técnicos de nível médio nas formas: integrada e a subsequente. Por esta ocasião cessaram as matrículas para o Ensino Médio propedêutico.

Um acontecimento importante, para este estudo, ocorreu no dia 26 de maio de 2006, quando foi implantado o sistema de cotas para a seleção de candidatos aos cursos do CEFET-BA.

Em seguida, propõe, no Parecer, que seja aprovada a política de cotas, no âmbito do Cefet-BA, estabelecendo 50% (cinquenta por cento) das reservas de vagas para estudantes oriundos de escola pública, dentre eles afro- descendentes e indígenas, nos cursos realizados através de Vestibular/Seleção, com critérios para tal concessão. (CEFET-BA, 2006).⁵

Este fato merece destaque porque foi a partir daí que muitas transformações de ordem pedagógica e administrativas iniciaram para atender a demanda do público-alvo da Instituição que, certamente, sofreu modificações. Neste mesmo ano foi implantado o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos. Por se tratar de um programa de governo, o PROEJA foi implantado em toda a rede federal de ensino profissionalizante.

IFBA – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia

O ano de 2008 foi muito importante para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de todo o país, pois, além do aumento significativo no número de instituições, uma nova mudança acontece nessa rede. Os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica de todo o Brasil, com exceção do Rio de Janeiro e Minas Gerais, passaram a ser nomeados de Instituto de Educação Ciência e Tecnologia.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. (BRASIL, 2008)

⁵ Trecho Da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET-BA, realizada em 26.05.2006.

No dia 29 de Dezembro de 2008, criou-se a Lei nº. 11.892, na qual os antigos Centros Federais, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às universidades, passaram a compor a Rede Federal de Ensino Profissional. Dessa forma o CEFET-BA transformou-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Atualmente, o Instituto possui dezesseis campi e cinco núcleos avançados: Barreiras, Camaçari (núcleo avançado em Dias D'Ávila), Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso (núcleo avançado em Euclides da Cunha e Juazeiro), Porto Seguro, Salvador (núcleo avançado em Salinas da Margarida), Santo Amaro, Simões Filho, Valença, Vitória da Conquista (núcleo avançado em Brumado e Seabra). Com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o objetivo é de que o IFBA tenha cinco novos campi até 2014: Brumado, Euclides da Cunha e Juazeiro - onde já existem núcleos avançados do Instituto -, além de Lauro de Freitas e Santo Antônio de Jesus (IFBA, 2012).

De acordo com a Lei de criação dos Institutos Federais, em seu Art. 8º ficou instituído que, no desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Considerações

Percebemos, de acordo com o histórico do IFBA, que as transformações sofridas por essa instituição sempre estiveram relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do país e, especialmente, da região. Por este motivo, o público-alvo atendido pela Instituição, foi se modificando de acordo com o tempo, assim, a escola que se inicia através de um programa de governo, no início do século XX, para atender a uma demanda de mão de obra num país que passava da produção agrícola para a industrialização, tinha como clientela a população

desfavorecida da época. Posteriormente, após a sua integração ao sistema federal de educação, passa a atender também aos intelectuais que atuarão em papéis de destaque nas áreas produtivas. Essa novidade, aliada às transformações no mundo do trabalho, assim como as novas tendências educacionais que foram prescrevendo mudanças para o Ensino Profissionalizante, acabaram por promover a aproximação de outros segmentos sociais, que demandavam por educação pública gratuita com referência de qualidade comprovada. Finalmente, com a nova configuração, o advento das cotas, o surgimento do PROEJA e outros programas dentro do IFBA, a clientela torna-se mais heterogênea, atendendo desde a pessoa que não possui escolarização regular até aquela prestes a concluir os últimos níveis de qualificação profissional.

Neste percurso, percebemos que a instituição adquiriu experiência e notoriedade no que se refere à Educação Profissional. Resta saber se está apta para atender a reivindicações por direitos sociais, indo além da reserva de vagas, através da adoção das cotas, para a seleção dos candidatos, na busca por garantia de igualdade de direitos para todos os seus estudantes em progredirem em seus estudos e/ou conseguirem formação que lhes proporcione o progresso profissional.

Por isso, iniciamos uma reflexão sobre as formas como a instituição lida com a realidade dos estudantes que ingressam através das cotas. Nossa tentativa é apresentar para os participantes desta instituição (gestores, docentes, técnico-administrativos e, especialmente, aos discentes) que, de fato e de direito, este é um espaço legítimo destes estudantes, uma vez que a História mostra que ela, originariamente, foi pensada para este público. Cabe a todos os responsáveis pela sua organização/administração rever, com base nos princípios legais que norteiam a instituição, a construção das ações que fortalecerão as políticas de permanência destes estudantes. Isso possibilitará a diminuição da evasão dos estudantes pertencentes a grupos familiares de maior vulnerabilidade social, que hoje é realidade nesta instituição.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível Tecnológico**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/010602proj.pdf>> Acesso em: < 19 out. 2011>.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacaoprofissional.pdf>. Acesso em: < 15 nov. 2011>.

_____. Congresso Nacional. **Lei federal nº. 4.024**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MTE, 20 de dezembro de 1961.

Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%20196.htm>. Acesso em: <15 nov.2011>.

_____. Congresso nacional. **Lei federal nº. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MTE, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: <15 nov.2011>.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA – **PROEJA**. Documento Base, Brasília, agosto de 2007.

_____. Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>>. Acesso em: <08 dez. 2011>.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.idep.ac.gov.br/docs/leg_fed/dec5154_04.pdf>. Acesso em:< 08 dez. 2011>.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>.

Acesso em: <01 dez.2011>.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 14, maio/jun./jul./ago, 2000a.

_____. **O ensino profissional da irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2000b.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Editora Nova Fronteira, 1996.

FERRETI, Celso João. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. Educação e Sociedade. Campinas. n. 59, ago. 1997.

GERIBELLO, W. P. **Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra**. São Paulo: Atlas, 1977.

IFBA. **Histórico da Instituição**. Disponível em: <<http://www.portal.ifba.edu.br/centenario/historia.html>>. Acesso em: <19 out. 2011>.

LESSA, J. S. **CEFET- BA – uma resenha histórica: da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. CCS/CEFET-BA. Salvador: 2002.

MAGALHÃES, A. L. F.; LORDÊLO, J. A. C. **Instituições Públicas de ensino superior da Bahia: problemas, impasses e transformações**. FAGED: Salvador: 2002.

MILITÃO, Maria Nadir de Sales do A. **Novos rumos para o ensino técnico: impactos e perspectivas (o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG)**. 1998. Tese de doutoramento – PUC, São Paulo.

PACHECO, Eliezer. **Os institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em 15 nov. 2011.

PEREIRA, L. A. C. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes. Disponível em: <http://www.ucam-campos.br/ucamcidades/dissertacoes-1/dissertacoes-2003/Luiz_Augusto_C_Pereira.pdf>. Acesso em: <01 nov. 2011>.

RIBEIRO, Ricardo Torres. **A reforma do ensino profissionalizante no Brasil (1995-2002): o caso do CEFET- BA**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão: 2007.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e Universidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.